



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10535 - Resumo Expandido - Pôster - XIV ANPED SUL (2022)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 09 - Currículo

DOCUMENTOS CURRICULARES OFICIAIS ATUAIS: O DISCURSO DOS DISPOSITIVOS DE CONTROLE PARA EDUCAÇÃO BÁSICA

Fabiana Leifeld - UEPG - Universidade Estadual de Ponta Grossa - Campus Uvarana
Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

DOCUMENTOS CURRICULARES OFICIAIS ATUAIS: O DISCURSO DOS DISPOSITIVOS DE CONTROLE PARA EDUCAÇÃO BÁSICA

No momento em que Michel Foucault promulga a aula inaugural no *Collège de France* em 1970, denominada *A ordem do Discurso* (2014), expõe as minúcias na análise discursiva e relaciona-as com as conexões entre o poder e verdades, dá ênfase ao potencial metodológico desse recurso investigativo. Destarte, intenciona-se percorrer o caminho teórico foucaultiano, de forma a realizar a análise discursiva da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) e do Currículo da Rede Estadual Paranaense (CREP, 2019), afim de problematizar a relação do discurso com a governamentalidade entre os sujeitos, entendida resumidamente, como apropriação de verdades.

Nesta análise, será considerada a essência do discurso dos dois documentos curriculares oficiais, vigentes no país e no estado do Paraná (BRASIL, 2017; PARANÁ, 2019). O CREP (PARANÁ, 2019) resulta do Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações (PARANÁ, 2018), possui mesmo escopo da BNCC (BRASIL, 2017), ambos simbolizam os dispositivos de controle, pois definem conteúdos mínimos para todos os componentes curriculares da educação básica para as escolas brasileiras.

A opção por analisar referidos documentos curriculares, deu-se a partir de inquietações, enquanto docente, em uma escola pública municipal no interior do Paraná, a qual utiliza os referidos documentos como propostas norteadoras para o desenvolvimento de todos os componentes curriculares. Os enunciados dos documentos curriculares, apresentam propósitos de uma formação educacional universal, homogênea, exteriorizam a primordialidade em competências e habilidades, para que assim possam gerar subjetividades

padronizadas, em consonância com o discurso neoliberal.

As ideias neoliberais correspondem ao pano de fundo na padronização do ensino para a educação básica. O neoliberalismo apresenta um discurso alarmante, que utiliza as instituições escolares como tecnologias de poder, ou seja, meios para a implementação de saberes pré-definidos para contribuir na governamentalidade dos sujeitos.

O processo de elaboração de um documento curricular em uma sociedade, é baseado em estratégias objetivas relacionadas ao tipo de sujeito que se pretende formar, seu caráter normativo, contribui para atribuí-lo como dispositivo de poder, no interior da principal maquinaria de subjetivação, a escolarização. Pois, a aparente elaboração democrática da BNCC (BRASIL, 2017), simboliza apenas uma alegoria, citada nas primeiras páginas do documento, que inclusive, alude a padronização do ensino como uma meta manifestada desde a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, documento este, que assume o discurso relacionado à positividade econômica capitalista.

No campo educacional há relações hierarquizadas entre os sujeitos, observados nas seguintes posições em relação ao currículo: os professores, representam os sujeitos que implementam e/ou criam resistências; os elaboradores, sujeitos que compõem as políticas educacionais, em nível federal, estadual e municipal, atendem a certos interesses; equipes gestoras, compostas por sujeitos que coordenam a implementação.

Desse modo, o discurso dos documentos curriculares oficiais, proferido no campo educacional assume a condição legitimadora, pelo seu caráter de poder que exerce, pois, o discurso pode ser compreendido como:

[...] um bem – finito, limitado, desejável útil – que tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização; um bem que coloca, por conseguinte, desde sua existência (e não simplesmente em suas “aplicações práticas”), a questão de poder; um bem que é, por natureza, o objeto de uma luta, e de uma política (FOUCAULT, 2020, p. 147-148).

O que Foucault (2020) propõe, são subsídios para compreender o que foi dito por um discurso, e que exerce poder, de acordo com as relações hierarquizadas entre os sujeitos. Assim, a BNCC (BRASIL, 2017) e o CREP (PARANÁ, 2019), enquanto documentos normativos, indicam dispositivos disciplinares, e apresentam o discurso pragmatista, o qual defende dez competências gerais, relacionadas às expectativas de aprendizagens para a educação básica.

As dez competências, atreladas aos conteúdos mínimos para cada componente curricular, representam o ápice do controle, pois, pronunciam os limites, e as fronteiras do conhecimento, ditam quais verdades podem ser reproduzidas aos estudantes, que irão integrar à sociedade resignados ao crivo capitalista atual. Partindo do princípio que esses documentos foram elaborados em concordância com o discurso neoliberal, obedecem, portanto, às regras de exterioridade e interioridade discursiva, coerente com o contexto atual, em meio a lutas, disputas e resistências, obtendo assim a chancela da existência de verdade, por meio de

relações hierárquicas, ratificado no campo educacional.

As relações, são os elementos-chave na validação de um discurso, derivados de outros discursos e que difundem a ordem discursiva na conjuntura atual. Os discursos identificados na BNCC (BRASIL, 2017) e CREP (PARANÁ, 2019), conforme o Art. 3º da Resolução CNE/CP nº 2/2017, afirmam que as competências exigidas são definidas por uma:

[...] mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos) habilidades (práticas cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver as demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. (BRASIL, 2017).

Essa mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores atendem com as políticas educacionais, que no atual contexto estão articuladas às instâncias empresariais. A visibilidade do setor empresarial brasileiro concentra-se no discurso neoliberal, que vislumbra a educação para formação de sujeitos que darão lucros, sendo capacitados para atuar no mercado de trabalho, além de tornarem-se potenciais consumidores.

Nessa condição, o discurso dos documentos curriculares oficiais (BRASIL, 2017; PARANÁ, 2019), em consonância as alocações da atualidade, são ressoados nas conversas informais entre as pessoas, na mídia, nos telejornais, marcas e campanhas publicitárias, e sobretudo nas escolas, o que favorece a incorporação das homilias, fator que gera a governamentalidade, sobre todos que compõem o tecido social, tanto equipe gestora, docentes, estudantes e comunidade em geral. Os enunciados quantitativos citados no RCP (PARANÁ, 2018), compactuados com a BNCC (BRASIL, 2017), pronunciam a vontade de verdade, em priorizar dados versus qualidade de aprendizagem, enfatizam os elementos pragmatistas de aquisição de habilidades, competências e de determinados saberes para todos os componentes curriculares.

Citados pela BNCC (BRASIL, 2017), os enunciados quantitativos, assim como no RCP (PARANÁ, 2018), enunciam a valorização nas avaliações em larga escala, responsáveis em mensurar os graus de aprendizagem dos estudantes, sobretudo das avaliações que resultam em benefícios financeiros. O discurso neoliberal apresenta um teor cativante, envolvente, o fato da BNCC (2017), por exemplo, comprometer-se com a formação integral do sujeito, para que seja capaz de se desenvolver mediante aos desafios contemporâneos, inibe o poder manipulador do discurso, além de persuadir na conformidade de realidades como algo salutar.

Portanto, a ordem do discurso segue as condições de aplicabilidade do discurso, num determinado contexto, o que determina o tipo de sujeito mais consistente, mais adequado para a sociedade, percebido no discurso dos documentos curriculares oficiais (BRASIL, 2017; PARANÁ, 2019). Assim,

A educação, embora seja, de direito, o instrumento graças ao qual todo indivíduo, em uma sociedade como a nossa, pode ter acesso a qualquer tipo de discurso, é bem sabido que segue, em sua distribuição, no que permite e no que impede, as linhas que estão marcadas pela distância, pelas posições e lutas sociais. Todo sistema de

educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo (FOUCAULT, 2014, p. 41).

Foucault (2014), possibilita a reflexão sobre a apropriação dos discursos nos campos sociais, os quais exercem influência nos limiares dos saberes, estando subordinada aos parâmetros de sujeito que se intenciona formar. A escola, sob esse prisma, detém a responsabilidade de moldar subjetividades, provocando indagações, como:

O que é afinal um sistema de ensino senão uma ritualização da palavra; senão uma qualificação e uma fixação dos papéis para os sujeitos que falam; senão a constituição de um grupo doutrinário ao menos difuso; senão uma distribuição e uma apropriação do discurso com seus poderes e saberes? (FOUCAULT, 2014, p.42).

Há muito em jogo, os documentos curriculares oficiais (BRASIL, 2017; PARANÁ, 2019) imbuídos de poder, são dispositivos expressivos na implementação do controle na formação de sujeitos, pois, os docentes possivelmente constroem suas intervenções a partir do discurso dos referidos documentos. A verdade instaurada nesses documentos, se constitui pelas regras discursivas de um período, legitimada a partir da ordem do discurso, a qual apresenta autoridade perante o campo educacional, pois sua elaboração provém de instâncias políticas superiores.

O processo de limitação, rarefação e articulação de discursos, corresponde em fator determinante para que um discurso seja dispositivo disciplinar, incumbido na distribuição e influência na aquisição de saberes. Os documentos curriculares oficiais (BRASIL, 2017; PARANÁ, 2019) permeados de poderes, representam dispositivos que contribuem na governamentalidade em docentes, assim como em estudantes, nos primeiros, pelo fato de inculcar verdades educacionais e nos segundos, por meio da absorção de verdades que lhes parecem benéficas para auxiliar na atuação em sociedade.

O resultado desta análise discursiva, recai nas responsabilidades das instituições escolares em formar um sujeito, no posicionamento dos docentes em relação aos discursos curriculares e aos saberes inculcados nos estudantes que determinarão os rumos de uma sociedade. O discurso é articulado por meio de estratégias, que compõem toda uma rede social disseminadora, ancorando-se em uma verdade que recai a uma possível governamentalidade, e a apropriação do discurso determina-se por poderes, que geram resistências ou assentimento.

Para finalizar, essa breve análise discursiva, constata-se que o discurso neoliberal presente na BNCC (BRASIL, 2017) e CREP (PARANÁ, 2019), enfatiza a falácia relacionada à valorização da qualidade do ensino, possui como premissa preparar os sujeitos para atuar no mercado de trabalho. Desse modo, acredita-se que, uma alternativa para romper com a ordem discursiva na formação de subjetividades que atendam ao discurso neoliberal, depende dos saberes provenientes de diversas fontes, constituídos sobretudo nos docentes, capazes de incorporar ou resistir à governamentalidade.

PALAVRAS-CHAVE: Documentos Curriculares Oficiais. Discurso. Governamentalidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** (Versão oficial). Brasília: MEC, 2017.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber.** 8. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2020.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24 ed. São Paulo, Edições Loyola, 2014.

PARANÁ. **Currículo da Rede Estadual Paranaense (CREP).** Secretaria de Educação e do Esporte. Curitiba: SEED/PR, 2019.

PARANÁ. **Referencial Curricular do Paraná (RCP):** princípios, direitos e orientações. Educação infantil e componentes curriculares do ensino fundamental. Secretaria de Educação e do Esporte. Curitiba: SEED/PR, 2018.